

Educação em Agroecologia: pontos para o debate à partir da experiência do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE

Maria Virginia de Almeida Aguiar, Eng. Agrônoma, Doutora em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Professora na UFRPE, Recife/PE, mvirginia.aguiar@gmail.com

Publicado em: AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. Educação em Agroecologia: pontos para o debate à partir da experiência do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE In: Pesquisa e extensão para a agricultura familiar no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.1 ed.Brasília : SAF/MDA, 2015, v.1, p. 77-86.

Introdução

A formação de profissionais para atuar no campo brasileiro realizando assistência técnica e extensão rural, historicamente esteve subordinada à estratégica que orienta a produção de conhecimento científico na Educação Superior no Brasil e que se caracteriza pelo enfoque da ciência moderna vinculada ao paradigma da Revolução Verde. Ambos os enfoques se consolidaram à partir de premissas e noções da ciência positivista; a modernização da agricultura, o progresso técnico-científico, a eficiência produtiva e o crescimento econômico. Há quase cem anos o ensino técnico e superior vem perpetuando um ideário produtivista, cujo objetivo principal é incrementar a produtividade dos grandes latifúndios por meio do manejo das culturas extensivas de exportação (modelo das *plantations* de cana-de-açúcar, café, algodão, cacau, pecuária extensiva entre outros), valendo-se da tecnologia química e da tecnologia mecânica (GUERRA; ANGELO-MENEZES, 2007; MEC, 2009). De forma associada, a formação profissional em Ciências Agrárias, Humanas e Sociais também desconsidera a diversidade existente no rural, em especial, as diferentes expressões da agricultura familiar, bem como seu conhecimento e suas formas de reprodução, resistência e mobilização, valorizando a atividade produtiva capitalista ou empresarial e o agronegócio.

No entanto, sobram evidências sobre os efeitos desastrosos da modernização da agricultura promovida a partir destes pressupostos, dado o seu caráter conservador, antipopular e anti-ecológico.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, a ciência moderna orientou os projetos políticos pedagógicos de diversos cursos das Ciências Agrárias¹ contribuindo para uma formação profissional convencional e pouco comprometida com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos diferentes sistemas agrários existentes em Pernambuco. Como demonstração deste processo, em 2010, a Universidade foi

¹ A UFRPE mantém 40 cursos superiores, sendo 26 bacharelados e 14 licenciaturas, nos dois *campi* e na sua sede. Deste total, 13 cursos são dedicados as Ciências Agrárias.

considerada uma “entidade do agronegócio” e foi homenageada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “por suas contribuições no desenvolvimento das Ciências Agrárias e pelo seu pioneirismo ao instalar a primeira expansão universitária do País” (UFRPE, 2010). Pode-se considerar que a UFRPE é uma instituição geradora e legitimadora de “verdades” que ignora a diversidade do Rural pernambucano, estando voltada para o fortalecimento do agronegócio da cana-de-açúcar.

No entanto, posicionados na contracorrente deste processo, já faz algum tempo que vem ocorrendo nesta Universidade um embate com este modelo hegemônico, a partir de ações de diferentes professores, em especial do Departamento de Educação, mas também de outros poucos departamentos, que desenvolvem atividades de ensino, extensão e pesquisa orientadas pelo enfoque científico da Agroecologia e temas afins. Este grupo de professores construiu um espaço de atuação e diálogo sobre o desenvolvimento da Agroecologia enquanto matriz de conhecimentos comprometida com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de sistemas agrários camponeses, sendo uma referência importante no Estado de Pernambuco, tanto para os movimentos sociais do campo (movimentos pastorais, sem terras, sindicatos, ONGs, entre outros), como também internamente, para os servidores, professores e estudantes da UFRPE.

Em outubro de 2010 este grupo de docentes iniciou a institucionalização deste trabalho junto a UFRPE e ao CNPq, com a formalização da criação do Núcleo Agroecologia e Campesinato – NAC. O Núcleo tem como objetivo “contribuir para articulação de pessoas de diversos segmentos acadêmicos, objetivando a promoção da Agroecologia na Universidade, através da: formação profissional, da pesquisa e do desenvolvimento de ações de extensão rural junto a comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras e camponesas, na perspectiva agroecológica”². A criação do Núcleo respondeu a uma demanda dos movimentos sociais e outros seguimentos da sociedade pernambucana, que por diversas vezes sinalizou para que a UFRPE promovesse atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária com foco na Agroecologia e no Campesinato.

O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre Educação em Agroecologia à partir da experiência do projeto apoiado pelo Edital MDA/SAF/CNPq – Nº 58/2010, intitulado Consolidação do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE: Fortalecendo uma caminhada, realizado pelo NAC/UFRPE. Este projeto pode ser considerado uma experiência de Educação em Agroecologia, com ênfase na educação

² UFRPE. Manifesto de fundação do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE. Recife: 2009. Este manifesto foi lançado durante o Seminário Agroecologia e Movimentos Sociais de Pernambuco.

superior, para formação de profissionais de extensão rural, quando será analisada a construção e aprofundamento de conhecimentos em Agroecologia e a interação dialógica entre saberes a partir de uma abordagem multidisciplinar e interinstitucional.

Breve descrição do Projeto

O Projeto teve como objetivos a consolidação do NAC/UFRPE e o desenvolvimento de processos educativos sistemáticos e continuados, principalmente de ensino e extensão, focadas na Extensão Rural e na Agroecologia, para o fortalecimento da agricultura familiar, assentados de reforma agrária e camponeses do Estado de Pernambuco. Foram realizadas 22 atividades educativas de formação de estudantes, técnicos e professores, entre seminários, oficinas e ciclos de debates temáticos, além de intercâmbios, sistematizações de experiências e formação de grupo de estudos de estudantes. Através destas atividades visou a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos diversos atores envolvidos, que atuam direta ou indiretamente na Extensão Rural.

O Projeto foi realizado por professores, bolsistas e estudantes da UFRPE e envolveu 1.651 pessoas (com repetição), sendo 245 professores do ensino superior e técnico, 1.146 estudantes universitários e do ensino técnico, 82 agricultores (sem repetição)³ e 175 técnicos de organizações governamentais e não-governamentais de extensão rural. Do total, 887 participantes eram mulheres e 764 eram homens, vindos da Zona da Mata (Rio Formoso, Tamandaré, Sirinhaém, São Lourenço da Mata, Recife), Agreste (Garanhuns, Calçado, Jupi e Angelim) e Sertões (Ouricuri, Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde, Mirandiba, Pesqueira) de Pernambuco.

As atividades desenvolvidas no Projeto adotaram um referencial teórico-metodológico orientados pelos princípios da Agroecologia⁴ e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil, 2010) e por princípios presentes nos compromissos da universidade pública (PROEX/MEC, 2001). O projeto vinculou-se a uma série de outras atividades realizadas pelo NAC no período, retroalimentando-as, tais como, um curso de especialização em Agroecologia no semiárido pernambucano⁵, os

³ Os agricultores familiares participantes do projeto foram assentados da reforma agrária e/ou agricultores agroecológicos que realizam uma produção diversificada de base ecológica ou desenvolvem sistemas agroflorestais. Participaram de algumas atividades, mulheres agricultoras assentadas, pescadoras, indígenas (Xukurus) e agriculturas quilombolas.

⁴ Tal como orientado no edital, foi adotado o conceito de Agroecologia proposto pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia, 2004).

⁵ Curso de pós-graduação *latu sensu* Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia, apoiado pelo edital MCT-INSA/CNPq/CT-Hidro/Ação transversal nº 35/2010 – Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Brasileiro (UFRPE/DED, 2012).

projetos de pesquisa e extensão universitária, as atividades de ensino através da disciplina de Extensão Rural ministrada pelos professores do Núcleo e a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.

A construção e aprofundamento de conhecimentos em Agroecologia e a interação dialógica entre saberes

A abordagem da Agroecologia adotada requer uma visão multidisciplinar, pois agrega várias áreas do conhecimento necessárias para tratar a realidade socioproductiva a partir de uma perspectiva econômica, social, cultural, política e ambiental. Também requer uma abordagem problematizadora, para que sejam colocados em prática processos pedagógicos fundados em uma sólida formação crítico-reflexiva, cultural, humanística, política, generalista e comprometida com o protagonismo dos agricultores familiares nas suas diferentes expressões e com a sustentabilidade da produção agropecuária, florestal e extrativa (AGUIAR, 2010).

Assim, neste projeto optou-se por trabalhar a partir de várias orientações teórico-metodológicas da Agroecologia: como campo de conhecimentos e enfoque científico (ALTIERI, 2012; CAPORAL, COSTABEBER & PAULUS, 2006); como abordagem da Ecologia na agricultura e como a ciência da agricultura sustentável (GLIESSMAN, 2009) tomando como central o conceito de agroecossistemas (GLIESSMAN, 1997; ALTIERI, 2012); como manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva (SEVILLA GUZMÁN, 2001); como instrumento de conhecimento para um pensamento reflexivo e crítico sobre a atividade produtiva e os processos locais de desenvolvimento e transformação da realidade (SCHIMITT, 2010; ALMEIDA, 2009) e; a vinculação com o feminismo (SILIPRANDI, 2009; PACHECO, 1997). A partir desse extenso referencial, pudemos desconstruir a ideia amplamente difundida de que a Agroecologia limita-se a um tipo de agricultura, em geral confundida com agricultura orgânica, ou de prática produtiva ou do simples manejo ecológico dos recursos naturais.

De acordo com Sevilla Guzmán & Soler Montiel (2010) a forma de produzir conhecimentos na Agroecologia surge da geração de conteúdos através de uma *praxis* compartilhada que, analiticamente, pode diversificar-se em três dimensões:

- 1) Ecológica e técnico-produtiva voltada para o desenho de agroecossistemas, sendo a ecologia o marco científico de referência que, em diálogo com o conhecimento tradicional camponês e indígena, propõe a redefinição dos fundamentos técnicos das ciências agrárias;
- 2) Sociocultural e econômica que se caracteriza por um forte conteúdo vinculado à análise sociológica e antropológica das comunidades camponesas e rurais, as estratégias produtivas e os processos de desenvolvimento rural.

- 3) Política, que se traduz na implicação prática na construção de alternativas a globalização agroalimentar mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas e de comercialização, como de luta política.

Incluiríamos uma nova dimensão associada à construção do conhecimento agroecológico, para que seja possível pensar novas estratégias metodológicas que tenham como objetivo vincular as especificidades ambientais e socioculturais que compõem os territórios rurais de Pernambuco e a valorização do potencial intelectual de agricultores e agricultoras de forma articulada ao saber acadêmico/científico institucionalizado. Neste caso, a partir da crítica teórica ao difusionismo, trabalhou-se princípios da Extensão Rural Agroecológica.

Seguindo estas dimensões do conhecimento agroecológico, o projeto trabalhou os seguintes temas, presentes na Tabela 1.

Tabela 1 – Temas presentes no processo de construção do conhecimento agroecológico promovido pelo projeto

Dimensões	Temas
Ecológica e técnico-produtiva	Convivência com o semiárido; sistemas agroflorestais; sistemas produtivos camponeses; segurança alimentar;
Sociocultural e econômica	Gênero; economia solidária; estudos camponeses; Geografia e Agroecologia; desenvolvimento rural;
Política	Conflitos socioeconômicos e ambientais; agroecologia política; combate aos agrotóxicos; PLANAPO; PNATER; Lei da entropia; relações sociais de gênero; políticas públicas para a agricultura familiar;
Construção do conhecimento agroecológico	Pesquisa e extensão em Agroecologia; epistemologia e metodologia da pesquisa em Agroecologia; metodologia camponês a camponês; educação em Agroecologia; extensão rural agroecológica; educação profissional em Agroecologia; sistematização de experiências; educação do campo;

Fonte: Elaboração própria;

Outros temas foram trabalhados a partir de diferentes atividades desenvolvidas por professores do Núcleo, como Educação Indígena, circuitos curtos de comercialização, questão agrária e luta pela terra, segurança alimentar e nutricional, transição agroecológica.

Assim, o Projeto articulou diferentes áreas do conhecimento buscando a multidisciplinaridade (Tabela 1), que também está expressa na equipe de professores envolvidos, que têm formação em várias áreas do conhecimento⁶.

A partir das atividades realizadas procurou-se mudar a relação estudantes e professores, superando a “educação bancária” (FREIRE, 1981); professores e professores, superando os limites das disciplinas com vistas à interdisciplinaridade; e estudantes, professores e sociedade civil, procurando estabelecer uma relação de diálogo

⁶ Na graduação, a formação dos educadores é principalmente em Ciências Agrárias (55,6%), mas também em Ciências Humanas (27,8%), Ciências Sociais Aplicadas (11,1%) e Ciências Biológicas (5,6%). Na pós-graduação, a formação muda de área e se diversifica, sendo principalmente nas Ciências Humanas (48,5%), Ciências Agrárias (24,2%), na Interdisciplinar (Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Ciências) (21,2%), nas Ciências da Saúde (3%) e nas Ciências Biológicas (3%).

de saberes e de diálogo interinstitucional para a superação do discurso da predominância do saber científico sobre os saberes locais e/ou técnicos. O diálogo de saberes também pressupõe o rompimento com a polarização entre teoria e prática, onde foram conhecidas e analisadas experiências concretas de agriculturas de base ecológica durante os intercâmbios. Ao mesmo tempo, considerou-se o reconhecimento e a valorização das diferentes formas de construção do conhecimento, considerando as dimensões de gênero e etnia, quando foram realizadas atividades voltadas para as mulheres e sobre mulheres e foram envolvidos agricultores de diferentes etnias (quilombolas e indígenas) nas atividades.

Os desafios da inclusão do tema gênero nas dimensões da Agroecologia

O NAC vem procurando trabalhar o tema Gênero e Agroecologia em seminários temáticos para aprofundamento do debate, mas também como conteúdos nas atividades de ensino, na distribuição de cotas para mulheres (técnicas, educadoras, agricultoras, estudantes) nas atividades realizadas e na parceria com outros Núcleos da Universidade⁷.

Em um artigo sobre a experiência dos Núcleos de Agroecologia da UFRPE sobre a abordagem de gênero na Educação em Agroecologia, Aguiar & Jalil (2013) chamam a atenção para o fato de que geralmente, a produção acadêmica toma o segmento da agricultura familiar como uma unidade de análise genérica, homogênea, harmoniosa e sem conflitos. Ao mesmo tempo, tem uma visão essencialista que naturaliza o papel subordinado da mulher nas relações sociais pautadas no patriarcado como forma de organização da vida e, assim, invisibiliza todas as suas atividades, tanto na produção, quanto na reprodução. Frequentemente as reflexões sobre gênero não são consideradas relevantes para o avanço da Agroecologia como ciência, da mesma forma como é tratada a dimensão do manejo técnico dos agroecossistemas. Por outro lado, não raras vezes, a universidade brasileira desenvolve práticas sexistas e discriminatórias em relação à mulher, na medida em que, em suas ações, tende a seguir o modelo dominante de fazer ciência, em que estas questões sequer são abordadas.

No entanto, no projeto compartilhou-se a ideia de que as mulheres assumem um importante papel nas atividades produtivas agroecológicas, no desencadeamento de processos de desenvolvimento rural e na geração e disseminação de conhecimentos. Também partiu da suposição de que, ao trabalhar à partir do referencial da Agroecologia como campo de conhecimentos comprometido com as transformações para a

⁷ NEPPAS - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido e NUPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher.

sustentabilidade, não podia deixar de incorporar no processo educativo o tema das desigualdades de gênero vividas pelas agricultoras, na vida social, na atividade produtiva e na construção do conhecimento. Essa abordagem se identifica com a “pedagogia descolonial” de Díaz M. (2010) e de Freire (1997), que considera que uma “educação como prática para a liberdade”.

Superando as fronteiras do saber dentro e fora da Universidade

As atividades foram voltadas para a complexidade e a diversidade da realidade socioambiental e econômica pernambucana e procurou articular os saberes acadêmicos e técnicos através da inter-institucionalidade com o envolvimento de parceiros internos e externos à Universidade.

As instituições da sociedade civil parceiras participaram do planejamento das atividades, bem como participaram como facilitadoras dos debates, trazendo suas questões e demandas para dentro da universidade. Foram estabelecidas 19 parcerias, sendo 11 com organizações governamentais e 8 com organizações não-governamentais.

São elas:

1) Instituições governamentais parceiras: i) Núcleos de Agroecologia apoiados por este mesmo edital⁸, que atuam em diferentes territórios e realidades da agricultura familiar e camponesa do estado de Pernambuco; ii) Núcleos de pesquisa e extensão, centros de formação e cursos da UFRPE⁹, que trabalham com gênero, relações étnico-raciais, economia solidária, formação profissional; iii) Instituições governamentais de ensino, pesquisa e extensão¹⁰, que trabalham no campo da Ater agroecológica, a convivência com o semiárido, a geografia e a formação profissional;

2) Instituições não-governamentais parceiras: i) ONGs e redes de assessoria aos agricultores familiares;¹¹ ii) Organizações de estudantes universitários e de classe;¹² iii) Outras organizações;¹³

⁸ Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido, da Unidade Acadêmica de Serra Talhada; Núcleo Agrofamiliar da Unidade Acadêmica de Garanhuns.

⁹ Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher; Núcleo de Estudos de Gênero e Agroecologia; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste e; Licenciatura em Ciências Agrícolas.

¹⁰ Ministério do Desenvolvimento Agrário - Projeto Dom Helder Câmara; Instituto Agrônomo de Pernambuco; Universidade Federal de Pernambuco - Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura (do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Ciências Geográficas/Programa de Pós-Graduação em Geografia); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Barreiros.

¹¹ DIACONIA; Articulação do Semiárido; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Caatinga - Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas; Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Ater Nordeste.

¹² Regional V da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal; Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco; Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

¹³ Associação Brasileira de Agroecologia; Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O NAC e os professores que o compõe também vêm realizando parcerias diretas e indiretas com professores de outras áreas do conhecimento (Ciências Domésticas; Zootecnia; Biologia; Ciências Sociais; Química; Engenharia Florestal) e instâncias da UFRPE¹⁴, e de outras instituições nacionais e internacionais¹⁵.

Conclusões

O projeto teve um importante impacto na formação profissional continuada do público envolvido, principalmente estudantes e técnicos. Através de diferentes ferramentas de formação e extensão propiciou a ampliação do debate sobre Agroecologia, até então ausente da Universidade, apresentando uma abordagem teórico-metodológica nova. Conclui-se que o núcleo vem se consolidando na medida em que é uma referência acadêmica importante para a comunidade universitária, para os parceiros a nível local, nacional, internacional e para a sociedade em geral.

O fortalecimento de espaços como o NAC, comprometidos com mudanças no ensino, na pesquisa e na extensão da Educação Superior, contribuem para a formação de profissionais dedicados à construção conceitual, metodológica e técnica da Agroecologia, à partir da crítica à industrialização da agricultura, a uma nova concepção de desenvolvimento rural e a busca de alternativas de base ecológica para a agricultura familiar, proporcionando aos envolvidos maior consistência teórica, maior capacidade de análise e de intervenção na realidade. Arriscamos a hipótese de que nos aproximamos em grande medida dos princípios orientadores da Educação em Agroecologia, ou seja, os princípios da Vida, da Diversidade, da Complexidade e da Transformação (ABA, 2013).

Nas atividades realizadas sobre gênero e Agroecologia (Aguiar & Jalil, 2013), nos intercâmbios e em alguns debates, procurou tirar os saberes científicos do centro das reflexões. Houve uma aproximação dos agricultores e técnicos com a universidade, que em geral é vista como um espaço inacessível.

A abordagem de gênero ainda produz resistências, principalmente entre os educadores, desconsiderando as relações de poder, subalternidade e dominação existentes entre agricultores e agricultoras (Aguiar & Jalil, 2013; UFRPE/DED, 2012).

¹⁴ Do próprio Departamento de Educação onde está inserido (Área de Extensão Rural e Educação Agrícola, PAPE e Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), com a Reitoria e Pro-Reitorias (Pró-Reitoria de Atividades de Extensão, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) e de outros departamentos (Ciências Domésticas; Zootecnia; Biologia; Ciências Sociais; Química; Engenharia Florestal).

¹⁵ Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, na Espanha; Universidad Nacional de Misiones – Posadas, Argentina; Universidad de Antioquia – Medellín, Colômbia; Universidad Autónoma de Nayarit, México).

Finalmente, um importante desafio refere-se a superação da fragmentação do conhecimento na Agroecologia, que separa a dimensão ecológica e técnico-produtiva de aspectos importantes da dimensão social e da relação com a natureza e, entre os sujeitos envolvidos. Assim, permanece o desafio da formação continuada de professores e do envolvimento de profissionais de outras áreas do conhecimento que, no caso do NAC, precisa se fortalecer na dimensão ecológica e técnico-produtiva da Agroecologia.

Referências Bibliográficas

ABA-AGROECOLOGIA. Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia. 2004. Disponível em <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/Estatuto-ABA.pdf> em abril de 2014.

ABA-AGROECOLOGIA. I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. Construindo Princípios e Diretrizes. Recife, 2013. 15p.

AGUIAR, M. V. de A. Educação e Agroecologia - que formação para a sustentabilidade? Revista Agriculturas, v. 7, nº 4, pp. 4-6, dez 2010.

AGUIAR, M. V. de A. & JALIL, L. M. Desafios para a construção do conhecimento agroecológico com abordagem de gênero em uma universidade pública brasileira. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS. Cadernos de Agroecologia, Vol. 8, No. 2, Nov 2013.

ALMEIDA, S. G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In PETERSEN, P. (Org.) Agricultura familiar e camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. Pp. 67-84

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, ASPTA, 2012.

Brasil. Lei de Ater nº 12.188/2010. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater> em abril de 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). Agricultura familiar: caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208. (Praxis, 5).

DÍAZ M., C. J. Hacia una pedagogía en clave decolonial: entre aperturas, búsquedas y posibilidades. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.13: 217-233, jul-dic 2010.

FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. Educação como prática pra liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

GLIESSMAN, S. Agroecologia. Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 653p.

GUERRA, G. A. D.; ANGELO-MENEZES, M. de N. Agricultura familiar na pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Pará (UFPA). R B P G, Brasília, v. 4, n. 7, p. 66-86, julho de 2007.

MEC/SETEC. (Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Documento Final. Brasília, 2009. 150p.

PACHECO, M. E. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. Proposta. Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p.30-38, dez.fev., 1997.

PROEXT/MEC. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada. Brasil. 2000/2001. 15p. Disponível em internet em http://proex.epm.br/projetossociais/renex/plano_nacional.htm em janeiro de 2010.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

SEVILLA GUZMAN, E. & SOLER MONTIEL, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza, PH CUADERNOS, pp. 191-217, 2010

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In BALESTRO, M. e SAUER, S. (org.) Agroecologia e os desafios da transição ecológica. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. Pp. 177-204

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), CDS/UNB, Brasília, 2009.

SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (org.). Agricultura familiar e agroecologia no Semiárido. Avanços a partir do Agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.

UFRPE/DED. Projeto Curso de Especialização: Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança, Soberania Alimentar e da Agroecologia - Relatório técnico. Recife, 2012. 46p.

UFRPE. UFRPE é homenageada pelo Ministério da Agricultura. Disponível em http://ufrpe.br/noticia_ver.php?idConteudo=7752. Acesso em 21 de outubro de 2013.